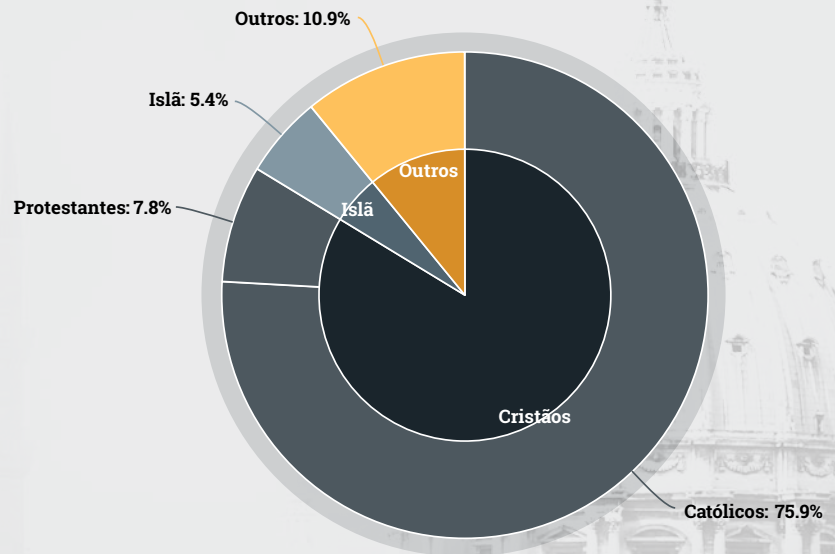
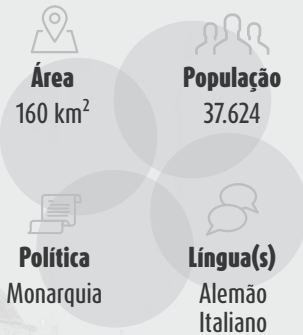


Liechtenstein



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

De acordo com a Constituição, os cidadãos têm direito a escolher a sua religião desde os 14 anos. A liberdade religiosa é protegida e o Estado protege os “interesses” religiosos do seu povo. O código penal proíbe a discriminação contra qualquer religião ou seus adeptos.

Embora a Constituição afirme que a Igreja Católica é “a Igreja nacional” e que ela goza de “proteção total por parte do Estado”, o país está neste momento estabelecendo um novo quadro legal para a separação entre a Igreja e o Estado. Este processo inclui a forma como as denominações religiosas são apoiadas financeiramente pelo Estado e os bens dos grupos religiosos (edifícios, locais e sua gestão).

É provável que o sistema que disponibiliza financiamento público às denominações religiosas seja modificado para incluir não apenas as Igrejas Católica e Protestante, mas também dois grupos muçulmanos (a Comunidade Islâmica e a União Turca). A forma como este financiamento público é organizado consiste em permitir que o contribuinte individual selecione o grupo religioso ou denominação que deseja apoiar. Os Protestantes recebem atualmente financiamento de acordo com o número de membros que têm e isto aplica-se igualmente aos grupos muçulmanos.

Desde 2008, a educação religiosa é obrigatória nas escolas primárias (crianças entre os 7 e os 13 anos), sejam elas católicas ou protestantes (evangélicas e luteranas), mas são

rotineiramente concedidas isenções. A educação islâmica também é disponibilizada. Todos os grupos religiosos estão isentos de pagar impostos.^[1]

INCIDENTES

Não se registaram incidentes no período abrangido.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

O processo para separar a Igreja e o Estado está bastante avançado, após uma recomendação do príncipe e um voto de alteração do Parlamento em Vaduz, em 15 de dezembro de 2012. O processo não está acontecendo tão facilmente como inicialmente se pensou, por causa do sistema com séculos de existência através do qual a Igreja gere os bens. Não só há títulos de propriedade, mas também fundos fiduciários e de gestão a serem desagregados, relativos às Igrejas Católica e Protestante.^[2]No momento em que escrevemos, dois dos onze municípios do Liechtenstein ainda não concluíram o processo de desagregação.^[3]

[1] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper> (Abril de 2016)

[2] <http://www.luxarazzi.com/2016/02/prince-nikolaus-talks-separation-of.html>

[3] Günther Meier, Schwierige Entflechtung von Kirche und Staat, Neue Zürcher Zeitung, 5 de Janeiro de 2016, <http://www.nzz.ch/schweiz/schwierige-entflechtung-von-kirche-und-staat-1.18671988>